

CARVALHO, I. C. M. Invenção e auto-invenção na construção psicossocial da identidade: A experiência constitutiva do/a educador/a ambiental. In: Guimarães, Mauro (org). *Caminhos da educação ambiental*. 5 ed. Campinas: Papirus, 2011, vol. 1, p. 31-50.

**Invenção e auto-invenção na construção psicossocial da identidade:  
A experiência constitutiva do/a educador/a ambiental.**

*Isabel Cristina Moura Carvalho1*

**Introdução**

Neste artigo, desde uma perspectiva hermenêutica que, convém dizer, é acionada por uma psicóloga social, discutiremos como os caminhos de formação pessoal e profissional podem indicar processos constitutivos de uma identidade psicossocial<sup>2</sup>, neste caso, o/a educador/a ambiental. Nosso interesse de fundo converge, sobretudo, para a recursividade que produz ao mesmo tempo as narrativas pessoais e profissionais dos educadores ambientais e o campo ambiental, em relação ao qual estas se posicionam.

É interessante notar como a preocupação ambiental e, particularmente, as práticas de Educação Ambiental (EA) vêm se construindo enquanto um *Bem* na contemporaneidade. Isto é, um sentido valorizado pela sociedade que tende a ser incorporado pela educação, ao mesmo tempo em que se oferece como ideal para os processos de formação identitária. Desta forma, crenças, valores, atitudes e práticas ecologicamente orientadas convertem-se num valor ao mesmo tempo social e pessoal.

---

1 Psicóloga, doutora em educação. Professora do PPGEDU da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS.

2 Com o uso do conceito de “identidade psicossocial” queremos chamar atenção para a compreensão da identidade como emergente da imbricação das dimensões social e psíquica. O psíquico aqui é compreendido como a esfera concernente às inscrições individuais ou pessoais da experiência social, que produzem singularidade dos indivíduos. Desta perspectiva, as esferas social e pessoal nunca podem ser tomadas como autônomas ou independentes. Estas são sempre constituídas recursivamente e é assim que se dá a constituição da identidade que é sempre um fenômeno social e individual. O atributo psicossocial nos serve para qualificar esta intersecção entre sociedade e indivíduo e destacar esta confluência de onde se pensa a noção de identidade. Finalmente cabe lembrar que para efeito de nosso propósito neste texto não faremos distinção entre as noções de indivíduo e pessoa, tal como pode ser encontrada, por exemplo, em Louis Dumont

Vale lembrar que, no horizonte da modernidade, tornou-se impossível assegurar uma idéia única de bem viver, portanto o ideal ético busca legitimar-se no âmbito discursivo, sobre bens particulares. Assim, a EA poderia ser pensada como portadora de um ideal ético — que entende o ambiente como um Bem — expresso numa visão de bem viver ecologicamente orientado. Contudo, para estabelecer-se na pluralidade de orientações da sociedade contemporânea deve disputar sua legitimidade no reconhecimento social de suas crenças fundamentais. Como afirma Hermann:

"Do debate contemporâneo podemos apreender que não existe instância nenhuma fora do discurso para orientar nossas ações. A idéia de um bem aparece como ponto de cruzamento de uma multiplicidade de idéias sobre o bem viver, que concorrem entre si e por isso não há fundamento ou uma substância que assegure O Bem. (...) Cada época constrói, entre as pluralidades de perspectivas, algumas idéias que orientam a vida humana, dependentes da experiência comunicativa de sujeitos que vivem biografias próprias, em cada época" (1997:188).

Esta experiência comunicativa de que fala a autora também poderia ser compreendida em sua dimensão constituinte das formas de ação moral e do horizonte das práticas culturais de uma determinada época e grupo social. Este parece ser o caso da construção social contemporânea da preocupação e do cuidado para com o meio ambiente e a natureza, tomados como um valor, instituinte de uma cultura ambiental na sociedade contemporânea. As trajetórias profissionais são parte viva desta produção cultural contemporânea a partir da qual se torna possível pensar uma educação ambiental.

### **1. Experiência, linguagem e ação humana.**

A ausência de um fundamento metafísico e, portanto, a multiplicidade de sentidos em disputa constitui a instável condição da ação humana no mundo, o que nos lança numa permanente construção, desconstrução e reconstrução de sentidos no âmbito discursivo.

---

(1992) e sua análise da noção de indivíduo (sociedade moderna ocidental) e de pessoa (sociedade holística tradicional).

Por isso não há como fugir do universo da linguagem como meio necessário para a produção de sentido, e instância onde se legitima a ação. Uma vez lançados num mundo que não se funda em verdades naturais ou essenciais, estamos no domínio das interpretações. Stein (1996) nos chama atenção para a relação analógica entre a estrutura da compreensão humana e a linguagem. Em outras palavras, como nos lembra o autor, estamos condenados à hermenêutica.

"O mundo [assim como a linguagem] também tem uma estrutura de algo enquanto algo. Nossa compreensão do mesmo modo tem a estrutura do algo como algo. Então a filosofia já é sempre hermenêutica. Sempre temos que interpretar de alguma maneira (...) A linguagem traz em si um duplo elemento, um elemento lógico formal e um elemento prático de nossa experiência de mundo anterior à linguagem, mas que não se expressa senão via linguagem, e este elemento é o como e o logos hermenêutico" (Stein, 1996:20)

Com isto, o que se evidencia é a importância da chamada pré-compreensão, ou seja, o âmbito da experiência dos sujeitos no mundo, que antecede e torna possível a construção de sentidos através da linguagem. Existe uma compreensão que está para além da compreensão produzida pelo discurso (apofântico), mas diz respeito a uma compreensão anterior de se saber no mundo. Isto aponta para um nível de vigência do sentido (logos hermenêutico), que ilumina os objetos na linguagem.

Assim, a idéia de compreensão numa perspectiva hermenêutica não se reduz à decodificação ou mesmo a análise do funcionamento discursivo do universo lógico-semântico, embora não possa dispensá-lo. Afinal, é através da linguagem que a hermenêutica busca compreender melhor a estrutura de sentido que dá vigência aos

sentidos em circulação nos discursos e plausibilidade à experiência comunicativa dos sujeitos.

Esta estrutura pré-compreensiva do sentido poderia ser tomada também como uma experiência compartilhada socialmente, constitutiva daquele nível de consenso que permite que certos discursos se produzam e passem a fazer sentido para um determinado grupo social. Esta condição de consenso está presente também em Bourdieu, que a considera uma das características da configuração de um campo social.

A noção de experiência, enquanto um dos conceitos fundamentais da hermenêutica moderna trazidos por Gadamer, aponta para o horizonte fundamental que dá possibilidade de significar uma totalidade que é a totalidade da experiência do mundo. A experiência do mundo é sempre uma experiência social porque está marcada pelo acontecer da verdade do sujeito na história. Para Heidegger o processo de compreensão do ser é limitado pela história, e pelos próprios limites da Razão, e é este o elemento que Heidegger vai caracterizar como a condição de *finitude* do ser. Numa perspectiva ontológica Gadamer considera a experiência humana fundamental como a experiência da finitude:

"A experiência é a experiência da finitude humana. É experienciado, no autêntico sentido da palavra aquele que é consciente desta limitação, aquele que sabe que não é senhor nem do tempo nem do futuro; pois o homem experimentado conhece os limites de toda previsão e a insegurança de todo plano. Nele chega à plenitude o valor da verdade da experiência" (Gadamer, 1993:433)

Nunca somos puro projeto, mas sempre projeto projetado numa determinada circunstância histórica, datada e limitada pelos condicionantes daquele momento. A consciência da histórica efetual de que fala Gadamer é, nesse sentido, a consciência de que

somos determinados pelos fatos históricos, que sofreremos os efeitos de sermos seres historicamente situados (Stein, 1996:71-72).

A noção de experiência também constitui a condição para a produção de sentido. Este é produzido na experiência dos sujeitos no mundo e, portanto, é contextual. Assim, a linguagem, bem como a noção de discurso está, de certa forma, submetida à experiência: "o discurso é uma tentativa incessantemente renovada para exprimir integralmente o pensável e o dizível de nossa experiência" (Ricoeur, 1978:79). Ainda segundo Ricoeur:

"Compreendemos, então, o que ocorre quando a palavra acede ao discurso, com sua riqueza semântica. Sendo todas as nossas palavras polissêmicas em certo grau, a univocidade ou a plurivocidade de nosso discurso não é obra das palavras, mas dos contextos"(Ricoeur, 1978:81).

Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur (1994) retoma o tema da linguagem e da experiência quando tematiza a relação entre narrativa e referência. Opondo-se a idéia de autonomia da linguagem, o autor destaca que o que constitui um discurso e torna possível uma situação de comunicação é condição de um sujeito que leva à linguagem e compartilha com outrem uma experiência. Nesse sentido, a comunicação, aqui entendida como compreensão hermenêutica, implica sempre numa fusão de horizontes:

"O acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como o são a forma e o fundo. Qualquer experiência possui, ao mesmo tempo um contorno que a cerca e discerne e ergue-se sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte externo e interno. (...) Essa pressuposição muito geral implica que a linguagem não constitui um mundo ele próprio. Ela não é sequer um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar"(Ricoeur, 1994:119)

Ainda em Tempo e narrativa Ricoeur introduz, a partir da Poética de Aristóteles, uma importante categoria: noção de *mimese*. Esta avança no sentido de expressar a relação intrínseca entre narrativa e experiência humana. Aqui o fio que une narrativa e existência é a temporalidade. Neste sentido, "O tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal" (Ricoeur, 1994: 85).

O que está em jogo nesta trama da existência narrada é a tensão permanente entre as forças do que se poderia chamar concordância e da ordem e as forças da discordância e do caos enquanto o advento surpresa, inesperado e arbitrário do destino. Para Ricoeur a narrativa é, como a definição de *muthos* para Aristóteles, o *agenciamento dos fatos*. Assim, trata-se de recuperar do pensador clássico o modelo da tessitura da intriga (*muthos*) e estender o atributo de atividade mimética (*mimese*) a qualquer composição narrativa (Ricoeur, 1994)<sup>3</sup>.

A *mimese*, portanto é a categoria articuladora das relações entre tempo e narrativa; experiência e linguagem; concordância e discordância. Ao supor *relações miméticas* entre o ato de narrar e a experiência (ou ainda ato e discurso), Ricoeur as distingue de um sentido de cópia e destaca sua natureza criativa e até mesmo, em certo sentido, ficcional:

"Se continuarmos a traduzir *mimese* por imitação, deve-se entender o contrário do decalque de um real preexistente e falar de imitação criadora. E, se traduzirmos *mimese* por representação, não se deve entender, por

---

<sup>3</sup> A noção de intriga é trazida por Ricoeur desde o *muthos* trágico para designar o que o autor denomina de configuração da narrativa: "O tecer da intriga foi definido, no plano mais formal, como um dinamismo integrador, que tira uma história una e completa de um diverso de incidentes, ou seja, transforma esse diverso em uma história una e completa. Essa definição formal abre o campo para transformações organizadas que merecem ser chamadas intrigas desde que nelas possam ser discernidas totalidades temporais a operar uma síntese do heterogêneo entre circunstâncias, objetivos, meios, interações, resultados desejados ou não". Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa*. São Paulo, Papyrus Editora.p.16

esta palavra, alguma duplicação da presença, como se poderia ainda entendê-lo na mimese platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção (...) Nesse sentido o termo aristotélico mimese é o emblema dessa desconexão, que para empregarmos um vocabulário que hoje é o nosso, instaura a literariedade da obra literária" (Ricoeur, 1994:76).

Poderíamos dizer que, ao lidarmos com fontes textuais estamos diante do ato narrativo em uma de suas modalidades. Trata-se de, neste caso, observar como nossos informantes tecem a intriga que configura um acontecimento — ambiental —, no seu sentido mais amplo, de evento histórico durável. Como indica Ricoeur ao citar o historiador Paul Veyne, a noção de intriga pode ser consideravelmente ampliada a ponto de integrar componentes tão abstratos da mudança social quanto os que foram colocados em relevo pela história não factual e até pela história serial(Ricoeur, 1994:16).

Assim, o que buscamos nos documentos e relatos que são produzidos desde o campo ambiental é o ato narrativo que faz com que determinados sujeitos e atores sociais agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar uma certa experiência comum, marcada pelo desejo de construir novas relações entre sociedade e natureza, ou ainda, sociedade e ambiente, se compreendido ambiente no sentido mais amplo que inclui a natureza, mas não se reduz a ela.

## **2. A via biográfica: o ‘ambiente’ que nasce das narrativas**

Ao elegermos pesquisar trajetórias profissionais ligadas ao meio ambiente (MA) e a educação ambiental (EA), adentramos o território dos chamados *métodos biográficos*. Estes supõem o entendimento sobre o valor do relato autobiográfico e, portanto, da biografia como lugar de encontro entre a historicidade e o sujeito.

Como mostra Ferraroti(1983)

"toda prática social humana é uma atividade sintética, uma totalização ativa de todo o contexto social. Uma vida é uma prática que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais) as interioriza e as transforma em estruturas psicológicas pela sua atividade de desestruturação-reestruturação. (...) Nosso sistema social está plenamente contido em nossos atos, dentro de nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos, e a história deste sistema está inteiramente presente dentro da história de nossa individualidade" (Ferraroti, 1983:50).

Para Marre (1991) os recursos autobiográficos — relato, história de vida, etc — são tomados não apenas como técnicas de pesquisa, mas como parte constitutiva de um método biográfico. Este método biográfico segundo Marre "tem como objetivo - a partir da totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo - reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal" (Marre, 1991:89). Ainda segundo o autor

"engloba-se na expressão história de vida (*life history*), tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada" (Marre, 1991:90).

A noção de Biografia nesta acepção dos métodos biográficos se contrapõe àquela realista, levada pela Escola de Chicago dos anos 50-60. Opera com a idéia de que os indivíduos são produzidos por movimentos culturais e processos históricos involuntários. Assim, não está em foco uma recuperação de dados biográficos de cunho individualista e psicológico, mas sim a reconstrução, através dos relatos autobiográficos, da trajetória histórica e cultural de um determinado grupo, ou ainda, das forças que constituem um campo social (Bourdieu, 1996; Bertaux, 1968). Nesse sentido, pode-se afirmar, com Canclini, que a identidade é uma construção que se narra: "Ao se tornar um relato que



reconstruímos incessantemente, que construímos com os outros, a identidade se torna também uma co-produção" (Canclini, 1997:149).

### 2.1. O mapa biográfico

Os processos biográficos são descritos por Riemmann e Schütze (1991) como experiências de história de vida de pessoas, destacando o modo como essas experiências são produzidas pela interação social, ou pelo menos são interpretadas e sedimentadas no curso desta interação. Os autores, cuja referência metodológica é a análise qualitativa do interacionismo simbólico, buscam os pontos de interseção entre a experiência individual e a história coletiva. Segundo os pesquisadores:

"Estes processos biográficos afetam as atitudes em relação aos outros e moldam relacionamentos sociais com outros, grupos, e consigo mesmo. Tais experiências são pela seqüência dos eventos contextuais da história de vida e relacionamentos com outros contextos complementares, competidores, e também recessivos e dominantes contextos. Estes contextos podem ser uma doença grave, uma carreira ocupacional, uma fase de exames, a criação de um trabalho de arte, um encontro amoroso, em resumo, qualquer coisa que molda a vida de uma pessoa e é incorporada como a história dos acontecimentos pessoais no cotidiano curso de vida. Eles são pontuados por certos começos e fins. Durante os eventos da história de vida a posição da identidade pessoal muda consideravelmente. Esta mudança de orientação atinge os relacionamentos consigo mesmo, com o presente, com sua história pessoal, e seu futuro, e é acompanhada de um trabalho biográfico. Este é o trabalho de relembrar, interpretar e redefinir, que envolve o trabalho comunicativo de companheiros de interação, especialmente outros significativos" (Riemann, 1991:338).

Os autores lembram ainda que a análise biográfica se constitui essencialmente numa situação comunicativa. Para ser levada a cabo com sucesso depende de várias atividades comunicativas: O informante deve *contar* sua história de vida; *descrever* situações de vida, e *argumentar* sobre problemas significativos e recorrentes em sua vida e como ele/ela se relaciona com isso. O pesquisador, ao trabalhar meticulosamente sobre

esse material comunicativo, também se torna ele mesmo mais um interlocutor, integrando o circuito dialógico da produção do conhecimento.

Esta situação comunicativa ou dialógica pode ser estendida a outras vozes, pois o sujeito da autobiografia, ao narrar sobre si mesmo, localiza-se quanto a outras narrativas, e participando de um consenso mais amplo. Como afirma Bruner (1995) a autobiografia é uma atividade de posicionamento, quase de navegabilidade: "a função última da autobiografia é a autolocalização, o resultado de um ato de navegação que fixa a posição em um sentido mais virtual do que real. Pela autobiografia, situamo-nos no mundo simbólico da cultura" (Bruner, 1995:145). Ora, para navegar é preciso estar dentro de um consenso, ao menos o que determina as convenções e, portanto a legibilidade do mapa de navegação.

No mundo ambiental esse mapa é bastante recortado, mas suficiente para indicar uma *comunidade de sentido* (Rorty, 1987). Há temas recorrentes referidos nos vários discursos ambientais. São clássicas as polaridades: como homem X natureza, controle/regulação social X autonomia, mudança individual X mudança coletiva/mundial/planetária, enquanto bases valorativas para se pensar uma ética ambiental.

Estes dilemas que atravessam o campo ambiental são percebidos como comuns e esse reconhecimento compartilhado gera uma sensação do tipo "eu sei que você sabe que eu sei o que você quer dizer" (Bruner, 1995:156), responsável tanto por um nível básico de cumplicidade quanto, certamente, por uma ampla margem de ilusão e equívocos. Esse primeiro olhar de reconhecimento e inclusão do outro num universo comum é o que poderíamos considerar, recorrendo a metáforas de Bruner, uma carta básica de navegação,

i. é., a condição básica de consenso que delimita um campo, necessária até mesmo para posicionar as divergências e oposições dentro do campo ambiental.

### 2.3. *As trajetórias profissionais como solo do campo ambiental*

Os percursos e trajetórias profissionais dos educadores ambientais demarcam uma experiência social que torna possível falar de um *campo ambiental*. As estratégias, posições, lutas, composição de forças desse campo, podem ser reconstruídos e tematizados pela via dos relatos autobiográficos centrado nas trajetórias do que se poderia chamar "profissionais ambientais". Estes participam, ao mesmo tempo em que constituem, dinamicamente, um campo social particular, e como tais estão sujeitos às regras de funcionamento desse campo. E, levando adiante o conceito de campo definido por Bourdieu, compartilham de um *habitus* 4de campo e estão sujeitos aos efeitos da *illusio* do campo<sup>5</sup>.

O conceito de trajetória em Bourdieu vai justamente objetivar a relação que se estabelece entre os agentes sociais e seus *habitus* e as forças do campo onde se movem. Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições

---

4 Para Bourdieu o *habitus* marca uma relação de cumplicidade ontológica dos agentes e o mundo social, que estrutura a percepção e a ação prática dos agentes num determinado campo. O *habitus* seria como "um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanes do mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo" BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus. p. 144

5 Segundo Bourdieu "A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, que vale a pena jogar. (...) Dito de outro modo, os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer enquanto jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do campo social". Assim, "Todo campo social, seja o campo científico, seja o campo burocrático ou o político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*. Eles podem querer inverter as relações de força no campo, mas, por isso mesmo reconhecem os alvos, não são indiferentes" Bourdieu (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.pp. 139-140.

sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos no campo a que pertence (Bourdieu, 1996:71). No caso do campo ambiental trata-se de descrever uma série de posições ocupadas pelo mesmo agente no campo ambiental tais como: as experiências que marcam seu ingresso no campo (militância, ativismo, atuação profissional entre outras); papéis que desempenha e lugares que ocupa (postos de trabalho, instituições a que se liga, modalidades de ação política em que está envolvido etc.); leituras que fez; lugares onde publicou.

As trajetórias e narrativas dos educadores ambientais se situam num determinado universo de sentido que é anterior a diversidade de discursos ecológicos e lhes dá sentido. Estão ancoradas numa experiência social e histórica compartilhada. Isto é o que cria condições de comunicabilidade, formando uma comunidade de sentido (Rorty, 1987), ou um campo social (Bourdieu). O fato das narrativas ou posições que atravessam o campo ambiental serem muito heterogêneas e guardarem um nível significativo de dissenso não contradiz a demarcação de um campo que as engloba. O dissenso faz parte do campo e só pode ocorrer se conta com uma cumplicidade e/ou um consenso básico em torno do que constitui determinado campo. Essa relação entre consenso formador de um campo e os dissensos que caracterizam as disputas dentro um campo é descrita por Bourdieu:

"Entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo" (Bourdieu, 1996:141).

A noção de consenso como condição estruturante de um campo é diferente da idéia de consenso como acordo, unidade de intenções, concordância. Para a realização do consenso = acordo, uma das condições é a liberdade e a não coerção, portanto, supõe um

contexto sem grandes desigualdades de forças. O consenso = acordo sobre algo só pode acontecer guardadas as condições de uma conversação, no sentido que a hermenêutica reconhece uma conversação (gespräch), ou seja, a condição de encontro e alteridade em igualdade de condições e liberdade, da qual emerge a produção de sentido.

No campo ambiental nem sempre se dão as condições para a realização de um "acordo" no sentido da conversação hermenêutica. Contudo, existe algo da ordem de uma experiência compartilhada, um horizonte epistemológico comum, que dá sentido ao que é dito, e que sustenta a possibilidade de diálogo na concordância ou discordância.

Assim, por exemplo, quando uma educadora ambiental ao ser entrevistada por mim, respondeu sobre o início de seu trabalho dizendo: "não foi por uma razão nobre que comecei a trabalhar com educação ambiental, foi por interesse de me colocar num trabalho interessante, numa organização que eu respeitava", ela estava dialogando com um ideal de militância, um dos sentidos recorrentes neste campo. A ação ecológica é considerada uma ação "nobre" que quer melhorar/transformar o mundo. Opondo-se a uma ação instrumental ou utilitária como "arrumar um emprego". Aqui a profissão e a militância têm pouca distinção. O trabalho deveria responder aos ideais da militância mais que a um interesse prático de empregabilidade. E é essa tensão que é elaborada de diferentes maneiras pelos profissionais-militantes do meio ambiente<sup>6</sup>.

Poderíamos afirmar que é sobre um consenso estruturante e uma dinâmica de dissensos e disputas que se organiza o campo ambiental. Contudo, se comparado a outros campos mais consolidados na sociedade, tais como o campo artístico, o campo político, ou mesmo o campo literário apenas para citar alguns exemplos, o campo ambiental

poderia ser considerado um campo recente, emergente. Com isto queremos dizer que se trata de um fenômeno que já tem certa densidade que torna possível caracterizá-lo como um campo, porém não possui ainda uma tradição e um grau de institucionalização que o situe no mesmo patamar de organização, complexidade e estabilidade comparáveis a outros campos sociais como os citados.

O fenômeno ambiental vem se estruturando na forma de um campo social, desde que passou a ocupar o espaço público de forma significativa na história recente. Despontando pelas mãos de um movimento social contra cultural nos anos 60/70, tomado como objeto de instituições científicas e de governo, o campo ambiental vem institucionalizando-se e gerando espaços e atores sociais de diversas naturezas: movimentos sociais de diferentes perfis ideológicos, partidos políticos, agências governamentais e intergovernamentais, políticas públicas. Neste sentido este campo tem constituído um espaço próprio dentro das estruturas de ensino, tanto através dos cursos dirigidos a formação dos profissionais ambientais quanto via as políticas públicas de educação ambiental.

### **3. A narrativa que abriga narrativas ou o universo pré-compreensivo**

O que Stein (1996) chama de logos hermenêutico enquanto uma estrutura que é condição do sentido também pode ser associado ao conceito de narrativa tal como usado por Bruner, na antropologia. Nesta perspectiva, o universo comum que contém um campo de práticas e discursos como o ambiental, também pode ser visto ele mesmo como uma

---

6 A entrevista mencionada é parte de uma pesquisa já concluída e publicada sob o título “A invenção ecológica: sentidos e trajetórias da educação Ambiental” (Carvalho, 2002)

estrutura narrativa que engloba e torna plausíveis as narrativas individuais. Assim, o acontecimento ambiental poderia ser tomado ele mesmo uma história/narrativa implícita dentro do qual as pessoas estão desde já situadas quando começam a contar sua história pessoal como profissionais de meio ambiente.

Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores, ao mesmo tempo em que são "narrados", i.é., são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo.<sup>7</sup>

Bruner opera com a idéia de narrativas como estruturas de significado. Assim, vai considerar a etnografia uma narrativa tanto quanto o relato dos nativos sobre o qual esta se constrói. Desde uma perspectiva reflexiva ele afirma que a etnografia, enquanto ato interpretativo, é guiada por uma narrativa, isto é "uma narrativa, uma estrutura narrativa implícita que fala sobre as pessoas que nós estudamos" (Bruner, 1986:139). Este autor defende que a idéia de estrutura narrativa é vantajosa em relação a outros conceitos correlatos como metáfora ou paradigma e se mostra mais apropriada para o estudo da mudança, do ciclo de vida, ou qualquer processo de desenvolvimento.

Para Bruner os principais elementos de uma narrativa são: a estória, o discurso e o relato (telling):

"A Estória é a seqüência abstrata de eventos sistematicamente relatados, é a estrutura sintagmática. O discurso é o texto no qual a história se manifesta, o posicionamento num meio particular, como a novela, o mito, a leitura, filem, conversação. O relato (telling) é a ação, o ato de narrar, o processo comunicativo que produz a história no discurso. Nenhuma distinção é feita aqui entre contar/relatar (telling) e mostrar (showing), pois

---

<sup>7</sup> Lyotard Lyotard, J.-F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio. Também usa o conceito de narrativa aplicado às compreensões predominantes que caracterizam um determinado período histórico. É assim que ele se refere à perda de credibilidade do *grande relato moderno* que introduz a pós-modernidade(cf. p.69).

a mesma Estória pode ser recontada ou atuada, ou ambos."(Bruner, 1986:145)

A Estória entendida como modelo tem um significativo duplo aspecto: é ao mesmo tempo linear e instantânea. Por um lado, a estória é experienciada como uma seqüência e por outro lado é percebida como um todo de uma só vez - antes, durante e depois do relato. A estória é estática e dinâmica ao mesmo tempo(Bruner, 1986:153).

As estórias dão sentido ao presente e nos tornam capazes de ver o presente como parte de um conjunto de relações envolvendo um passado constituído e um futuro. Mas as narrativas mudam, todas as estórias são parciais, todos os sentidos incompletos. Não há significado fixo no passado, a cada novo relato varia o contexto, a audiência difere e a estória é modificada. Assim, recontar (*retelling*) se torna profetizar<sup>8</sup> (Bruner, 1986:153).

A respeito do relato, Bruner aponta para quatro níveis de relatos que compõem a pesquisa, enquanto uma produção discursiva polifônica. O primeiro é o relato dos povos e/ou sujeitos estudados sobre si mesmos (auto-relato). O Segundo é o relato do pesquisador em seu diário de campo. O terceiro relato é aquele que o pesquisador faz para sua audiência (colegas/academia) com quem enriquece sua análise para uma posterior publicação. O quarto relato pode ser considerado como aquele dos pesquisadores/leitores do trabalho que o sumarizam e o discutem em suas próprias salas de aula e publicações. Assim, estamos sempre recontando as mesmas histórias e ao mesmo tempo recriando-as.

Os níveis de relato distinguidos por Bruner indicam diferentes mediações possíveis envolvidas no ato comunicativo, neste caso aplicado a uma situação particular da produção do conhecimento. Em uma perspectiva mais ampla, vamos encontrar em

---

<sup>8</sup> A expressão no original é: "retelling become foretelling"



Ricoeur um desenho correspondente dos momentos da mediação simbólica envolvidas no ato de narrar em qualquer uma de suas modalidades. Estas mediações configurantes ou narrativas estão relacionadas à atividade mimética e, portanto, marcadas pela distinção de três momentos ou modos da mimeses. Para o autor, estes representam as mediações simbólicas constitutivas do ato de narrar. O ato narrativo, simbólico por excelência, na perspectiva hermenêutica de Ricoeur, passa de um tempo prefigurado (mimese I) a um tempo refigurado (mimese III), pela mediação de um tempo configurado (mimese II).

Aqui encontramos reposta, uma vez mais na mimese I, o ponto de partida do ato simbólico ancorado na experiência, que constitui a dimensão pré-narrativa, ou ainda, poderíamos dizer, a pré-compreensão do mundo da ação. Essa experiência pré-compreensiva passa por operações configurantes para aceder à linguagem e ao caráter público e compartilhado do símbolo<sup>9</sup>. Neste sentido a mimese II é o próprio mundo das configurações narrativas, onde através da tessitura da intriga, temos o agenciamento de uma estória dentro de uma pluralidade de acontecimentos. Finalmente, a "narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III"(Ricoeur, 1994:110). Este terceiro momento corresponde ao conceito de "aplicação" em Gadamer, e aponta o encontro do mundo da obra e do mundo do leitor, sinalizando para o ambiente de recepção de um enunciado, onde afinal se conclui o percurso da mimese e se efetiva a ação narrativa e comunicação humana.

---

<sup>9</sup> Ricoeur adota a posição de Clifford Geertz sobre o caráter público do símbolo: Para o antropólogo e sociólogo, o termo símbolo sublinha de imediato o caráter público da articulação significante. Como diz Geertz: "a cultura é pública porque a significação o é". Adoto de bom grado essa primeira caracterização que marca bem que o simbolismo não está no espírito, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e decifrável nela pelos atores do jogo social" Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa*. São Paulo, Papirus Editora.p.92.

Ora, seja nos quatro níveis de relato apontados por Bruner ou nos três modos da *mimeses* descritos por Ricoeur, estamos diante dos cortes que desdobram os diversos níveis do ato simbólico e comunicativo. Neste jogo polifônico, o sentido não está nunca aprisionado numa intenção ou significado prévio, mas é efeito imprevisível de um encontro de alteridades, portanto somente acontece numa situação de comunicação e está fadado às vicissitudes da recriação permanente.

#### **4. Interpretação e auto invenção**

Como Freud já havia postulado em "recordar e elaborar", não há repetição sem elaboração, não há memória sem recriação. A repetição que caracteriza o sintoma neurótico é ao mesmo tempo sinalizadora da possibilidade de superação do mesmo e da produção do novo. Este ultrapassamento da repetição pelo novo é justamente o limiar buscado pela cura psicanalítica que, cabe lembrar, se dá pela palavra.

A teoria psicanalítica reafirma a abertura da condição narrativa, o que remete a experiência humana para o campo do *ficção*, da permanente reelaboração, ou ainda, poderíamos dizer, da auto-invenção. Por isso, o relato biográfico é também ele um ato narrativo de auto-invenção, que proporciona ao sujeito sempre uma nova oportunidade de se apresentar, recontar e reposicionar-se, tecendo e retecendo a intriga, como o poeta de Aristóteles.

##### *4.1. Vidas Narradas*

Os relatos autobiográficos podem ser entendidos como vidas narradas. Transpostas para o registro da narrativa, as vidas se transformam em textos e passam a ser

reguladas pelas regras de gênero e convenções que regem esse domínio. Desta forma, por exemplo, o narrador do auto relato não coincide completamente com o personagem que protagoniza a ação, a começar por não compartilhar com este as condições de espaço e tempo. Com isto estamos destacando uma disjunção entre o sujeito que narra (narrador) e o foco narrativo, mesmo que na autobiografia se trate de um foco em primeira pessoa, do tipo "eu-protagonista". Para Bruner (1995) a autobiografia transforma a vida em texto e é somente pela textualização que podemos conhecer a vida de alguém. Nesse sentido, valoriza na autobiografia não apenas o conteúdo ou os acontecimentos relatados (o que dizer/ o que aconteceu), mas também o estilo do relato (como contar, para quem se fala).

Para o autor:

"A forma de uma vida é função tanto das convenções de gênero e estilos a que se submete a narração dessa vida, quanto, por assim dizer, daquilo que "aconteceu" no seu decorrer. Os pontos decisivos de uma vida não são provocados por fatos, mas por revisões na história que se usa para falar da própria vida e de si mesmo. (...)Assim, isso me leva a propor que, num certo sentido, as vidas são textos: textos sujeitos a revisão, exegese, reinterpretação e assim por diante. (BRUNER, 1995:142).

Os processos reflexivos de interpretação que se expressam no conceito de textualização parecem ser para Bruner (1995) uma característica da própria autoconsciência, um fenômeno histórico que está na origem da própria modernidade:

"Minha argumentação geral é a de que a transformação histórica desse tipo de autoconsciência no Ocidente constitui o determinante principal da mentalidade moderna - as formas do gênero autobiográficos por ele produzidas. Nessa avaliação, o declínio da servidão e do feudalismo, as abstrações inerentes ao uso do dinheiro e a idéia de excedente de recursos e reservas podem ter provocado um impacto sobre essas formas orais e altamente passíveis de interpretação, o mesmo tipo de impacto já provocado pela cultura escrita" (Bruner, 1990:149)

Para o autor a textualização é inerente à consciência reflexiva:

"Uma forma de gênero do ato reflexivo inerente à autoconsciência, e não à natureza do texto impresso que é gerado. Para que a autoconsciência se expresse deve estar baseada interpretativamente e subordinada às exigências genéricas, estilísticas e culturais da interpretação. A autoconsciência talvez seja a forma mais primitiva de interpretação".(Bruner, 1990:149).

A condição de um sujeito que narra sua vida o coloca numa posição que é ao mesmo tempo de autor e de intérprete de si mesmo. Trata-se aqui de pontuar uma distância entre o sujeito e o "si mesmo" que é narrado. Essa distância ou disjunção subjetiva, tão bem tematizada pelo conceito de sujeito dividido na psicanálise, é a condição que torna a auto compreensão uma tarefa de interpretação e transforma o sujeito numa espécie de autor-intérprete de si mesmo. Essa condição faz do auto relato uma construção não transparente, ou seja, uma criação, embora com margens diferentes da produção ficcional. Neste sentido o relato autobiográfico não "representa" o sujeito, mas o produz. Daí a natureza de auto-invenção do relato autobiográfico.

*"A mente é formada, numa incrível proporção, pelo ato da invenção do ser, pois por meio dos prolongados e repetitivos atos da auto invenção definimos o mundo, o alcance de nossa atuação nele e a natureza da epistemologia que governa o modo como o ser conhecerá o mundo e, na verdade, a si mesmo. A auto-invenção, devido à sua própria natureza, cria disjunções entre um ser que conta no momento do discurso e os seres esquematizados na memória" (Bruner, 1995:158).*

A natureza interpretativa do auto relato é descrita por Bruner(1995):

"A estratégica tarefa do contar - seja a história contada para consumo próprio ou de outrem, e as duas coisas sempre acontecem - é tornar a narrativa crível. Criar essa narrativa não significa mentir deliberadamente ou, como devem fazer os escritores de ficção, usar um fragmento da memória para a elaboração de uma história; ao agirmos assim, buscamos uma verossimilhança que satisfará a nós e a nossos ouvintes" (Bruner, 1995: 145).

O que estamos sugerindo é que, entre a busca da verossimilhança nos auto relatos e a criação deliberada da narrativa literária há mais continuidades do que a supostamente nítida demarcação dos territórios do real e do ficcional. Assim, os auto relatos sobre a trajetória profissional se afastam de uma *história natural*, tal como acontece na narrativa de ficção 10. Nesse sentido, guardadas as diferenças entre, as biografias narradas através dos relatos de trajetória de vida também poderiam ser vistas como espaços *ficcionais*, a partir dos quais, lembrar e contar é sempre reorganizar e reconstruir sua própria história, num processo reflexivo de auto-invenção. Essa auto-invenção, por sua vez, traz consigo a invenção do Outro, das relações de alteridade e, portanto, do campo social em questão. É neste sentido que a auto-invenção dos sujeitos é simultaneamente posicionada no campo social e demarcadora deste mesmo campo. Desta forma, é legítimo afirmar que as trajetórias dos educadores ambientais estão marcadas pelo campo ambiental ao mesmo tempo em que o constituem ativamente, num processo reflexivo de alta intensidade.

### **Bibliografia**

- Bourdieu, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus; 1996
- Bruner, E. "Ethnography as narrative". In: V. B. Turner, Edward. *The anthropology of experience*. Chicago; University of Illinois Press; 1986
- Bruner, J. *Acts of meaning*. Cambridge, Harvard University Press; 1990
- Bruner, J. & Weisser, S. *A invenção do ser: autobiografia e suas formas*. São Paulo, Ática; 1995
- Canclini, N. G. *Consumidores e cidadãos*. Editora UFRJ; 1997
- Carvalho, I. C. M. *A invenção ecológica; sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre, 2ª ed. 2002.

- Carvalho, I. C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo, Editora Cortez, 2004 [Coleção Docência em Formação]
- Dumont, L. *Homo hierarchicus; o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- Ferraroti, F. *Histoire et histoire de vie; le méthode biographique das les sciences sociales*. Paris, Librarie des Meridiens; 1983
- Gadamer, H.-G. *Verdad y método*. Salamanca, Ediciones Sígueme; 1993
- Hermann, N. "Educação e ética: relações e perspectivas". In: L. H. Silva, Azevedo, J.C., Santos, E.S.S (orgs). *Identidade Social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre; Prefeitura Municipal de Porto Alegre; 1977
- Liotard, J.-F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio; 1986
- Marre, J. L. *História de vida e método biográfico*. *Cadernos de sociologia*. v.3: p.55-88,1991.
- Ricoeur, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo, Papyrus Editora; 1994
- Ricoeur, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo, Papyrus Editora; 1994
- Ricouer, P. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro, Imago Editora; 1978
- Riemann, G. S., Fritz "Trajectory as a basic theoretical concept for analyzing suffering and disorderly social process". In: D. R. Maines. *Social organization and social process; essays in honor of Anselm Strauss*. New York; Aldine de Gruyter; 1991
- Rorty, R. *Solidariedade ou objetividade? Novos Estudos CEBRAP*: p.109-121,1987.
- Stein, E. *Aproximações sobre hermenêutica*. Porto Alegre; 1996
- Todorov, T. As categorias da narrativa literária. In: Barthes, R. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 3<sup>a</sup>. ed., 1973.